



Estamos vivenciando um intenso período de mudanças provocadas pela utilização de novas tecnologias. O impacto das alterações no modo de interagir com as pessoas, comprar produtos e serviços, aliado ao surgimento de novos bens e formas de compartilhamento, necessita de atenção da doutrina, especialmente pela velocidade com que tais mudanças chegam para apreciação no Poder Judiciário.

Em vários aspectos, as soluções analógicas oferecidas pela legislação vigente necessitam ser repensadas e funcionalizadas, sobretudo num contexto de ausência de regulação estatal (ou regulação insuficiente) sobre temas relativos à inteligência artificial, engenharia genética, novas moedas, privacidade e proteção de dados, ferramentas digitais de interação social e negócios, entre tantos outros assuntos, que constituem uma parcela crescente de nosso cotidiano.

A proposta deste livro segue as diretrizes já delineadas no tomo I deste projeto: registrar as mudanças nos institutos do direito privado (e as perspectivas para os próximos anos) a partir do impacto das transformações tecnológicas que vivenciamos. Trata-se de uma iniciativa que busca congrega pesquisadores e profissionais do direito de todo o país, além de convidados estrangeiros, para que se possa apresentar um grande retrato do impacto da tecnologia no cotidiano dos sujeitos de direito, tanto em suas relações existenciais quanto patrimoniais.

Marcos Ehrhardt Júnior
Marcos Catalan
Pablo Malheiros
Coordenadores

DIREITO CIVIL E TECNOLOGIA

Tomo II

Área específica da obra
Direito Civil

Áreas afins do livro
Direito Digital, Direito Eletrônico, Direito e
Tecnologia, Direito do Consumidor

Público-alvo/consumidores da obra
Advogados e demais operadores jurídicos que buscam especialização no campo do Direito Digital, estudantes de graduação dos últimos três semestres (o livro servirá como bibliografia para os trabalhos de conclusão de curso), alunos de cursos de especialização em direito do consumidor, civil e empresarial, bem como alunos de mestrado/doutorado, já que os organizadores e alguns autores incluirão a obra nas bibliografias básicas de suas respectivas disciplinas.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm
CÓDIGO: 10003069

D598 Direito Civil e tecnologia/ Marcos Ehrhardt Júnior, Marcos Catalan, Pablo Malheiros (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2021.

743 p; 17 x 24cm
Tomo II
ISBN: 978-65-5518-256-9

1. Direito Civil. 2. Direito Digital. 3. Direito Eletrônico. I. Ehrhardt Júnior, Marcos. II. Catalan, Marcos. III. Malheiros, Pablo. IV. Título.

CDD 342.1
CDU 347.1

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; MALHEIROS, Pablo (Coord.). *Direito Civil e tecnologia*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. t. II. 743 p. ISBN 978-65-5518-256-9.

Marcos Ehrhardt Júnior

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de mestrado e graduação da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e do Centro Universitário Cesmac. Pesquisador Visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional (Hamburgo/Alemanha). Editor da *Revista Fórum de Direito Civil* (RFDC). Vice-Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCIVIL). Presidente da Comissão de Enunciados e vice-presidente da Comissão de Família e Tecnologia do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Associado do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (Iberc) e membro fundador do Instituto Brasileiro de Direito Contratual – IBDCONT. *E-mail*: contato@marcosehrhardt.com.br.

Marcos Catalan

Doutor *summa cum laude* em Direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, Universidade de São Paulo. Mestre em Direito pela Universidade Estadual de Londrina. Professor da pós-graduação em Direito e Sociedade da Universidade LaSalle. Professor da Escola de Direito da Unisinos. *Visiting Scholar* no Istituto Universitario di Architettura di Venezia (2015-2016). Estágio pós-doutoral na Facultat de Dret da Universitat de Barcelona (2015-2016).

Pablo Malheiros

Pós-Doutor em Direito na Universidade de Brasília. Doutor em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Função Social do Direito pela Faculdade Autônoma de Direito de São Paulo. Especialista em Direito Civil pela Unisul. Especialista em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Graduado em Direito na Universidade Católica de Brasília. Graduando em Filosofia na Universidade Católica de Brasília. Professor adjunto em Direito Civil e Processo Civil da Universidade Federal de Goiás e professor colaborador do programa de pós-graduação em Direito Agrário da mesma instituição. Diretor de publicação do IBDCONT. Diretor do IBDFAM/DF. Assessor jurídico na Terracap (DF). Advogado.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Marcos Catalan, Marcos Ehrhardt Júnior, Pablo Malheiros	19
---	----

PARTE I

DESAFIOS DAS NOVAS TECNOLOGIAS

UN ENSAYO DE LIBREPENSAMIENTO: AVANCES TECNOLOGICOS Y DERECHO CIVIL. LO QUE EL VIENTO NO PODRÁ LLEVARSE

ARTURO CAUMONT	25
----------------------	----

SOCIEDADE DO MEDO E SOCIALIZAÇÃO DOS RISCOS

RODOLFO PAMPLONA FILHO, JOÃO HORA NETO	31
--	----

Introdução	31
1 O século XXI e a objetivação da responsabilidade civil.....	33
2 Princípios da responsabilidade civil.....	35
3 Funções da responsabilidade civil.....	38
4 Sociedade de risco de Ulrich Beck	41
5 Mitigação dos pressupostos da responsabilidade civil na sociedade de risco	42
6 Sociedade do medo e os casos emblemáticos.....	45
6.1 Os casos das <i>fake news</i> e do <i>hate speech</i> e o risco digital.....	45
6.2 O caso do incêndio da Boate Kiss e o risco consumerista	46
6.3 Os casos de Mariana e Brumadinho e o risco ambiental	47
6.4 O caso da pandemia Covid-19 e o risco empresarial	49
7 Socialização dos danos e a sociedade pós-industrial	50
Considerações finais	52
Referências.....	54

DESAFIOS QUE AL DERECHO LE PRESENTAN LAS NUEVAS TECNOLOGIAS

EDGARDO IGNACIO SAUX	57
----------------------------	----

1 Consideraciones generales.....	57
2 Algunas manifestaciones singulares de la incidencia de la tecnología en el Derecho Privado.....	61
2.1 Inteligencia artificial.....	62
2.2 La firma digital	64
2.3 Neurociencias y Derecho.....	66
2.4 Criptomonedas y blockchain.....	68
2.5 Big data, internet de las cosas.....	72
2.6 Títulos valores electrónicos.....	73
2.7 Internet y daños a la persona.....	75
2.8 Incidencia probatoria procesal	79
2.9 Las “fintech” o el ingreso tecnológico a los mercados financieros	80
2.10 La propiedad intelectual	82
2.11 Internet y el contrato de seguro	83
2.12 ¿Patentabilidad de animales transgénicos?	83
3 La tecnología frente a la persona humana	85
4 La tecnología frente al contrato.....	90
5 Conclusiones	96
Bibliografía	97

CIBERCRIME, INTERNET E DIREITOS HUMANOS NO BRASIL: UMA PERSPECTIVA DE OLHAR PELA SOMBRA E NÃO SOBRE A SOMBRA

EMERSON WENDT, RENATA DE ALMEIDA COSTA	101
Introdução	101
1 A reconstrução dos direitos humanos a partir de uma percepção crítica de um novo contexto real: o ciberespaço	103
2 Direitos e deveres na e com base na internet no Brasil: Marco Civil da Internet, Lei Geral de Proteção de Dados e direito fundamental de proteção de dados	112
2.1 A vertente criminalizatória e o caminho jurídico de estabelecimento de um marco civil da internet no Brasil	113
2.2 A Lei Geral de Proteção de Dados brasileira e a influência eurocêntrica e da globalização	115
2.3 Direito fundamental de proteção de dados pessoais e políticas voltadas à proteção dos direitos na internet	118
Considerações finais	121
Referências	123

JUSTIÇA E TECNOLOGIA: É NECESSÁRIA UMA NOVA IDENTIDADE PARA A ARQUITETURA FORENSE?

PATRÍCIA BRANCO, CLAUDIA PATTERSON	127
Introdução	127
1 Arquitetura forense	128
1.1 Breve enunciação	128
1.2 No Brasil: quadro atual	128
1.3 Em Portugal: quadro atual	130
2 A transformação digital da justiça antes da pandemia	131
2.1 Breve panorâmica	131
2.2 No Brasil	132
2.3 Em Portugal	134
3 Os tribunais durante a pandemia	135
3.1 Breve panorâmica	135
3.2 No Brasil	135
3.3 Em Portugal	136
4 Justiça e tecnologia: é necessária uma nova identidade para a arquitetura forense?	137
Referências	139

PARTE II

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS APLICAÇÕES DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E OS RISCOS DA DISCRIMINAÇÃO ALGORÍTMICA

MILTON PEREIRA DE FRANÇA NETTO, MARCOS EHRHARDT JÚNIOR	145
1 Introdução	145
2 Inteligência artificial: definição, origem e vertentes	146
3 Aprendizado de máquina (<i>machine learning</i>)	148
3.1 Aprendizado supervisionado (<i>supervised learning</i>)	150
3.2 Aprendizado não supervisionado (<i>unsupervised learning</i>), semissupervisionado (<i>semi-supervised learning</i>) e por reforço (<i>reinforcement learning</i>)	151
4 Aprendizado profundo (<i>deep learning</i>)	152
5 Algoritmos, <i>big data</i> e mineração de dados (<i>data mining</i>)	152
6 Discriminação x diferenciação	154
7 Discriminação algorítmica	156
8 A LGPD e o disciplinamento da proteção de dados pessoais	163
9 Soluções complementares à LGPD	165
10 Conclusão	167
Referências	168

GOVERNANÇA DE DADOS E DEVIDA DILIGÊNCIA: ALGUMAS NOTAS SOBRE RESPONSABILIDADE CIVIL E PREVENÇÃO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS JÚNIOR, MICHAEL CÉSAR SILVA	171
1 Notas introdutórias	171
2 A governança corporativa nos mercados ricos em dados: por que tanto se fala em <i>compliance</i> ?	172
3 A prevenção, a responsabilidade e a <i>accountability</i> como princípios expressos da LGPD e algumas notas sobre governança e boas práticas	180
4 A devida diligência como desdobramento virtuoso da proteção de dados pessoais	182
5 Considerações finais	185
Referências	186

RESPONSABILIDADE POR FALHAS ALGORÍTMICAS: REFLEXÕES SOBRE *ACCOUNTABILITY* E OS IMPACTOS JURÍDICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS JÚNIOR	189
1 Introdução	189
2 Algoritmos de inteligência artificial e <i>accountability</i> : desafios da Quarta Revolução Industrial	190
3 A singularidade tecnológica no horizonte jurídico: como compatibilizar deveres em um período de transição?.....	196
4 Uma leitura funcional do tema: <i>data-informed duties</i> e o ecossistema de proteção de dados	201
5 Conclusão	210
Referências.....	210

DISCRIMINACIÓN ALGORÍTMICA: ANOTACIONES SOBRE LA PROTECCIÓN “PRO HOMINE” Y LA PREVENCIÓN DEL DAÑO DESDE LA PROPUESTA EUROPEA DE REGULACIÓN DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL 2021

JUAN JOSÉ MARTÍNEZ MERCADAL	215
1 La dignidad humana en tiempos de inteligencia artificial	215
2 La igualdad en tiempos de ciudadanía digital: el embate a la discriminación	217
3 Los sesgos en los procesos de toma de decisión.....	220
4 La Propuesta para de una Regulación Europea de Inteligencia Artificial de 21 de abril de 2021: la preocupación por los sesgos y la discriminación	222
5 Las previsiones específicas sobre discriminación en la Propuesta Europea de Regulación de la Inteligencia Artificial: el camino hacia la prevención y precaución.....	225
6 El Derecho Privado como parte de la solución y no del problema: Prevención y precaución de daños	230

EL IMPACTO DE LAS NEUROCIENCIAS Y LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LA TEORÍA GENERAL DEL CONTRATO EN EL DERECHO ARGENTINO

RICARDO SEBASTIAN DANUZZO	235
I Introduccion.....	235
II Las neurociencias y la economia del comportamiento	237
III Neurociencias y derecho	238
IV Contratos inteligentes o <i>smartscontracts</i>	240
V Su funcionamiento	240
VI Su principal característica	242
VII Ventajas y desventajas	242
VIII El impacto de las neurociencias y la inteligencia artificial en la teoría general del contrato	244

PARTE III

DIREITOS FUNDAMENTAIS, PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA NA EXCLUSÃO DE PERFIS E PUBLICAÇÕES POR PROVEDORES DE REDES SOCIAIS VIRTUAIS: NOTAS SOBRE A EFICÁCIA HORIZONTAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NO CONTEXTO VIRTUAL

RODRIGO DA GUIA SILVA, MARCELA GUIMARÃES BARBOSA DA SILVA	251
1 Introdução	251
2 Desafios à tutela dos direitos fundamentais no contexto das redes sociais virtuais.....	253
3 Novas perspectivas da eficácia horizontal dos direitos fundamentais: a renovada importância das garantias processuais no âmbito da exclusão de perfis e publicações por redes sociais virtuais.....	259
4 Conclusão	267
Referências.....	268

MENSAGENS E MESSAGEIROS: PRIVACIDADE E CONFIANÇA EM TEMPOS DE DISRUPÇÃO TECNOLÓGICA

MARCO ANTONIO LIMA BERBERI, JOYCE FINATO PIRES	273
1 Introdução	273
2 Avanços da tecnologia	274
3 Privacidade e mundo virtual.....	279
4 A privacidade em risco.....	281
5 Conclusão	282
Referências.....	283

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E ANTIJURIDICIDADE

EDUARDO LUIZ BUSATTA	285
1 Introdução	285
2 A violação à legislação na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): formas e fontes.....	287
3 A antijuridicidade e o dever de reparar danos	298

4	Conclusão	307
	Referências.....	307

DEFINIÇÃO DE PERFIS E O RISCO DE DISCRIMINAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DAS LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO DE DADOS PARA A TUTELA DA PESSOA NATURAL

JÉSSICA ANDRADE MODESTO, MARCOS EHRHARDT JÚNIOR..... 313

1	Introdução	313
2	A mineração de dados e a definição de perfis.....	314
3	O risco da discriminação decorrente da aplicação de perfis.....	316
4	A importância da LGPD e do GPDR para a mitigação da ameaça de discriminação.....	323
5	Conclusão	332
	Referências.....	334

LIBERDADE E PRIVACIDADE ANTE O CARÁTER ANÁRQUICO DO AMBIENTE TECNOLÓGICO

JOÃO LEONARDO MÜLLER BASTOS, ANDRÉ LUIZ ARNT RAMOS..... 337

	Introdução	337
1	Liberdade e as múltiplas faces que a constituem	339
2	Privacidade e sua democratização por meio da necessidade social	341
3	<i>Big data</i> : os dados massivos que definem e direcionam sociedades.....	344
4	Transnacionalidade, o agir que permeia fronteiras	347
	Conclusão	349
	Referências.....	350

COMPLIANCE DIGITAL EM PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS: A NECESSIDADE DE HUMANIZAÇÃO DA REGULAÇÃO DE DADOS NAS INSTITUIÇÕES

ALEXANDRE BARBOSA DA SILVA, PHILLIP GIL FRANÇA 353

	Introdução	353
1	Aspectos gerais da regulação da proteção de dados no Brasil	354
2	A importância da construção e da adequada manutenção de programas de integridade e de <i>compliance</i> nas instituições.....	362
3	A necessidade de humanização e de cuidado nos processos de tratamento de dados pelas instituições: breves sugestões para a implantação de um <i>compliance</i> de proteção de dados efetivo.....	365
	Conclusões.....	369
	Referências.....	369

INCLUSÃO DIGITAL DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E A PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CLARA CARDOSO MACHADO JABORANDY, TATIANE GONÇALVES MIRANDA GOLDHAR..... 371

1	Introdução	371
2	O direito fundamental à proteção de dados e a proteção jurídica das pessoas com deficiência no Brasil	373
3	A Lei Geral de Proteção de Dados e as vulnerabilidades. Inclusão digital e acessibilidade	378
4	O consentimento para tratamento de dados da pessoa com deficiência	381
5	Considerações finais	385
	Referências.....	386

O JULGAMENTO DO CASO AÍDA CURTI NO RE Nº 1.010.606 PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: PERSPECTIVAS E RUMOS SOBRE O DIREITO AO ESQUECIMENTO

GABRIELA BUARQUE PEREIRA SILVA..... 389

	Introdução	389
1	Notas sobre o direito ao esquecimento	390
2	Direito ao esquecimento no Superior Tribunal de Justiça.....	394
3	O caso Aída Curi e o RE nº 1.010.606	396
	Considerações finais	407
	Referências.....	408

O USO DE DEEPFAKE E O DIREITO À IMAGEM DE PESSOAS PÚBLICAS

BRUNO DE LIMA ACIOLI, ERICK LUCENA CAMPOS PEIXOTO..... 411

1	Notas introdutórias: o que é <i>deepfake</i> ?	411
2	Dos critérios jurídicos de definição da pessoa pública	414
3	Uso de <i>deepfake</i> e o direito à imagem	418
4	Liberdade de expressão, <i>deepfakes</i> e sátira	421
5	Considerações finais	425
	Referências.....	426

PARTE IV
IMPACTOS DA TECNOLOGIA NAS RELAÇÕES FAMILIARES E SUCESSÓRIAS

O EXERCÍCIO DA AUTORIDADE PARENTAL NO AMBIENTE DIGITAL

ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA, RENATA VILELA MULTEDO	431
Introdução	431
1 O exercício da autoridade parental no ambiente virtual.....	432
2 <i>Sharenting</i>	436
3 A responsabilidade dos pais perante o <i>cyberbullying</i>	441
Conclusão	445
Referências.....	446

CONVIVÊNCIA FAMILIAR POR MEIOS TECNOLÓGICOS

DÉBORA BRANDÃO, FERNANDA TARTUCE.....	449
1 Contextualização e relevância do tema.....	449
2 Conceito e fundamentos jurídicos da convivência familiar	450
3 Meios tecnológicos e convivência familiar.....	452
4 Definição judicial de convivência tecnológica durante a pandemia da Covid-19	455
5 Necessário diálogo sobre o modo de interação <i>on-line</i>	459
6 Considerações finais	461
Referências.....	462

TECNOLOGIA E ADVOCACIA EXTRAJUDICIAL EM DIREITO DE FAMÍLIA E SUCESSÕES – LIMITES E POSSIBILIDADES

SIMONE TASSINARI CARDOSO FLEISCHMANN, CAROLINE POMJÉ.....	463
1 Introdução	463
2 Provimentos e resoluções do Conselho Nacional de Justiça: análise contemporânea das possibilidades extrajudiciais em matéria de família e sucessões	466
2.1 Do inventário, partilha, separação consensual e divórcio extrajudicial – Resolução nº 35, de 24.4.2007.....	467
2.2 Conciliação e mediação em ambiente notarial e registral – Resolução nº 125, de 29.11.2010, e Provimento nº 67, de 26.3.2018	470
2.3 Casamento das pessoas do mesmo sexo – Resolução nº 175, de 14.5.2013.....	472
2.4 Reconhecimento voluntário e averbação da paternidade e maternidade socioafetivas – Provimentos nº 63, de 14.11.2017, e nº 83, de 14.8.2020.....	473
3 Conclusão	474
Referências	475

A ESPETACULARIZAÇÃO DA VIDA NA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

CARLA FROENER FERREIRA, MARCOS CATALAN.....	479
1 A título de introito: o espetáculo da vida	479
2 Famílias: arquitetura e movimento.....	481
3 A colonização da reprodução humana assistida pelo mercado: sobre felicidade, frustração e outros problemas mais graves.....	488
4 Na provisoriedade de uma conclusão: a volatilidade de vidas deixadas à deriva.....	493
Referências.....	495

O DIREITO SUCESSÓRIO NA FECUNDAÇÃO HOMÓLOGA *POST MORTEM*

ANA CAROLINA SENNA.....	501
Introdução	501
1 Reprodução humana assistida e a presunção de paternidade	502
2 O direito de suceder e a fecundação <i>post mortem</i>	503
2.1 Fecundação <i>post mortem</i>	503
2.2 Direito de suceder do filho concebido <i>post mortem</i>	506
3 Análise sob a perspectiva do direito civil constitucional e projetos de lei sobre o tema	507
Considerações finais	509
Referências.....	510

IMPACTOS CIVIS DA REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA DECORRENTE DE MATERIAL DOADO: O DIREITO À IDENTIDADE GENÉTICA

RITA DE CÁSSIA RESQUETTI TARIFA ESPOLADOR, JULIANA CARVALHO PAVÃO.....	511
Introdução	511
Biodireito na contemporaneidade: os negócios biojurídicos	512
Negócios envolvendo a reprodução humana assistida	514
Doação de material genético	517

Direito à identidade genética e suas controvérsias	518
Conclusão	522
Referências.....	523

A REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E AS DIFICULDADES NA SUA REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DOS VINTE E UM PROJETOS DE LEI QUE TRAMITAM NO CONGRESSO NACIONAL

MANUEL CAMELO FERREIRA DA SILVA NETTO.....	525
Introdução	525
1 Um panorama geral sobre a reprodução humana assistida na contemporaneidade: suas finalidades e técnicas disponíveis	526
2 Resoluções do Conselho Federal de Medicina: a reprodução humana assistida e a sua regulamentação deontológica ..	534
3 Os projetos de lei brasileiros sobre as técnicas de reprodução humana assistida: leis que não saem do papel	541
3.1 PL nº 2.855/1997	544
3.2 PL nº 1.135/2003	544
3.3 PL nº 1.184/2003	545
3.4 PL nº 2.061/2003	545
3.5 PL nº 4.892/2012 e PL nº 115/2015 (Estatuto da Reprodução Humana Assistida)	546
Considerações finais	547
Referências.....	551

O ADMIRÁVEL MUNDO NOVO DO CRISPR-CAS9: A (IM)POSSIBILIDADE DE INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PESSOA HUMANA NA CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE PARENTALIDADE A PARTIR DE *DESIGN* GENÉTICO

CARLOS HENRIQUE FÉLIX DANTAS	555
Introdução	555
1 A descoberta do CRISPR-Cas9 como ferramenta de edição genômica e o uso da tecnologia em seres humanos: dilemas éticos emergentes	558
2 A crítica habermasiana: autonomia privada e a instrumentalização da espécie humana ante os avanços da biotecnologia reprodutiva	565
3 Desafios do biodireito na proteção da diversidade no patrimônio genético humano	568
3.1 Instrumentos para a proteção do patrimônio genético humano	569
3.2 Limites à autonomia na construção do projeto de parentalidade	572
Considerações finais	576
Referências.....	578

TRANSMISSIBILIDADE SUCESSÓRIA DO ACERVO DIGITAL DE QUEM FALECE: CRÍTICA AOS PROJETOS DE LEI SOBRE O TEMA

PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA, JOÃO AGUIRRE.....	583
1 Introdução	583
2 Função do direito sucessório, categorização jurídica do acervo digital e a discussão sobre os bens que compõem o objeto da herança	585
3 Pressupostos para o diálogo entre a RAC e o direito civil na legalidade constitucional	602
4 Crítica aos PLs sobre a transmissibilidade do acervo digital	616
5 Conclusão	630
Referências.....	631

PARTE V

RELAÇÕES OBRIGACIONAIS PATRIMONIAIS DIANTE DAS NOVAS TECNOLOGIAS

LOCAÇÕES IMOBILIÁRIAS POR PLATAFORMAS DIGITAIS EM CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS: DA PROIBIÇÃO À REGULAMENTAÇÃO

GABRIEL HONORATO, ROGÉRIO COUTINHO BELTRÃO.....	637
1 Notas introdutórias	637
2 A natureza jurídica das locações por meio de aplicativos e plataformas digitais	639
3 Como resolver o problema das locações por aplicativos nos condomínios residenciais?	648
4 Notas conclusivas	652
Referências.....	654

O PRELÚDIO DO DIREITO EMPRESARIAL NO SÉCULO XXI

JOSÉ BARROS CORREIA JUNIOR.....	657
1 Introdução	657
2 Um direito empresarial oitocentista em pleno século XXI.....	657
3 E nasce o século XXI para o direito empresarial.....	659

3.1	Registro empresarial	660
3.2	Direito societário	660
3.3	Direito recuperacional e falimentar	662
3.4	Direito marcário.....	663
3.5	Direito cambial.....	664
4	Conclusão	665
	Referências.....	666

A EFICÁCIA PREVENTIVA NA ESTRUTURAÇÃO DAS *STARTUPS* SOB À ÓTICA DA TEORIA FEIXE DE CONTRATOS

MÉRIAN KIELBOVICZ, LUIZ GONZAGA SILVA ADOLFO		667
1	Introdução	667
2	O surgimento das <i>startups</i>	668
2.1	Breve panorama das <i>startups</i> no Brasil.....	669
3	Apontamentos a respeito da teoria feixe de contratos.....	672
3.1	A prevenção e eficácia na estruturação das <i>startups</i> baseada na teoria feixe de contratos.....	675
4	Considerações finais	679
	Referências.....	680

CONTRATOS A DISTANCIA: A SEIS AÑOS DE SU REGULACIÓN EN EL CÓDIGO CIVIL Y COMERCIAL DE ARGENTINA. SITUACIÓN ACTUAL Y PERSPECTIVAS

ANDRÉS F. VARIZAT		683
I	Los contratos a distancia en el derecho de Argentina.....	683
II	Regulación en el Código Civil y Comercial del año 2015.....	683
III	Situación de los contratos a distancia al momento de su regulación en el CCC.....	686
IV	Situación actual de los contratos a distancia	688
V	Un problema de renovada actualidad: la protección de la parte <i>débil</i> en los contratos a distancia	689
1	La protección a través de la obligación de información: problemas prácticos.....	689
1.1	La falta de cumplimiento de estas normas	691
1.2	La exigencia de un modelo de consumidor con capacidad de <i>análisis crítico</i>	691
1.3	Referencia al derecho europeo y la crítica al modelo del consumidor <i>racional</i>	692
1.4	Las prácticas comerciales abusivas que afectan las decisiones de los consumidores	693
2	La protección mediante un <i>mejor control</i> de las prácticas comerciales <i>abusivas</i>	694
2.1	Un argumento empírico de importancia: la gran " <i>zona oscura</i> " de infracciones no reclamadas.....	695
2.2	Conclusiones	697

CONTRATOS EN TIEMPOS DE AISLAMIENTO. LOS CONTRATOS ELECTRÓNICOS

JOSÉ FERNANDO MÁRQUEZ		699
I	El aislamiento y el mundo digital	699
1	El mundo en la edad digital	699
2	Aislamiento y comunicaciones digitales	700
II	Los instrumentos digitales	702
1	La regulación de la instrumentación digital. La normativa argentina	702
	a) Las regulaciones en otros derechos.....	702
	b) Los instrumentos digitales en el derecho argentino	703
2	Tres principios que rigen la instrumentación digital de datos	704
	a) Nuevos medios, mismas reglas	704
	b) El principio de permanencia del derecho preexistentes	704
	c) El principio de equivalencia funcional o no discriminación	705
	d) El principio de buena fe	705
3	Instrumento escrito e instrumento digital	706
	a) Igualdad de tratamiento	706
	b) La Ley de Firma Digital argentina (LFD)	706
	c) El Código Civil y Comercial argentino	707
4	Firma manuscrita y firma digital. Instrumentos firmados y no firmados	707
	a) El requisito de la firma	707
	b) La Ley de Firma Digital argentina	708
	1) Firma manuscrita y firma digital.....	708
	2) Firma electrónica y firma digital	708
	3) Firma digital y firma electrónica en la LFD	710
	c) La firma en el Código Civil y Comercial. Instrumentos particulares, firmados y no firmados	711
5	Instrumentos originales digitales y archivos digitales	712
III	Contratos electrónicos	713
1	El comercio electrónico.....	713
2	Contrato electrónico. Régimen legal aplicable.....	713
	a) Concepto.....	713
	b) Los principios de la contratación electrónica	714
3	Contratos celebrados en entornos cerrados y en entornos abiertos	714

4	Firma digital y firma electrónica. Contratos celebrados en instrumentos particulares firmados y no firmados	715
5	Momento de perfección del contrato	716
	a) El problema	716
	b) El sistema de la recepción del mensaje de datos como principio	716
	c) La Ley Modelo UNCITRAL	717
	d) La aplicación al derecho argentino	718
6	El aviso de recibo	718
	a) La necesidad de aviso de recepción	718
	b) La legislación que impone el aviso de recepción	719
7	La confirmación del envío del mensaje	720
8	Conclusiones	721
	Bibliografía	721

EL *DROP SHIPPING* EN LA ECONOMÍA DIGITAL

JORGE FELIU REY, TERESA RODRÍGUEZ DE LAS HERAS BALLELL		723
I	Concepto y funciones del <i>drop shipping</i>	723
II	Operativa y estructura funcional del <i>drop shipper</i>	726
III	Las obligaciones del <i>drop shipper</i>	727
IV	Las obligaciones del intermediario.....	729
V	El encaje del <i>drop shipping</i> en los contratos de colaboración: ajustes y desajustes	730
VI	<i>Drop shipping</i> y transmisión de la propiedad	733
	Bibliografía	734
SOBRE OS AUTORES.....		737